



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 35000.002905/2019-17

Interessado: BANCO BMG SA, PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE COMARCA DE PAU DOS FERROS, MARIA ALVES NASCIMENTO

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
 - 3.1. Folhas: 19
 - 3.2. Volumes: 1
 - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
 - 4.1. Volume de Processo: 1
 - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
 - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 17/09/2020, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1730719** e o código CRC **3C2AEE2E**.

Referência: Processo nº 35000.002905/2019-17

SEI nº 1730719

Previdência Social
SERVIÇO DE PROTOCOLO

35000.002905/2019-17



SIPPS/DIRBEN Nº:
492164919



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE PAU DOS FERROS

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DE FAZENDA PÚBLICA

Av. Senador Dinarte Mariz n.º 570 - Pau dos Ferros/RN - Fone: (84) 3351-3975, e-mail: pfrjespec@tjrn.jus.br

Ofício nº 529/2019

Pau dos Ferros/RN, 12 de agosto de 2019.

Processo n.º 0800045-14.2018.8.20.5108

Promovente: MARIA ALVES DO NASCIMENTO SOUZA

Promovido: BANCO BMG SA

Prezado(a) Senhor(a),

Venho, por meio deste, intimar Vossa Senhoria para tomar ciência da decisão proferida nos autos do processo supramencionado, tendo como parte promovente **MARIA ALVES DO NASCIMENTO SOUZA CPF: 702.859.004-63**, benefício n.º 172153234, e parte promovida BANCO BMG SA, bem como para adotar as medidas administrativas que entender cabíveis afim de identificar eventuais falhas no sistema do banco demandado no que diz respeito à contratação de empréstimos consignados sem a observância das cautelas estabelecidas na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, conforme recomenda o art. 52. Segue anexa cópia da Sentença.

Sem mais para o momento, apresento protestos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,

FLÁVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS
Juiz de Direito

A(o) Ilmo(a). Senhor(a)

Diretor(a) da DIRETORIA DE BENEFÍCIOS - DIRBEN / INSS

Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco O, 8º andar, Brasília/DF

CEP 70070-946

e-mail: dirben@inss.gov.br



Assinado eletronicamente por: FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS - 21/08/2019 07:47:53
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082107475235300000046179985>

Número do documento: 19082107475235300000046179985

Num. 47742235 - Pág. 1

INSCRIÇÃO Nº 02
02



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Juizado Especial Cível da Comarca de Pau dos Ferros

Av. Senador Dinarte Mariz, 570, São Benedito, PAU DOS FERROS - RN - CEP: 59900-000

Processo: 0800045-14.2018.8.20.5108

AUTOR: MARIA ALVES DO NASCIMENTO SOUZA

RÉU: BANCO BMG S/A

PROJETO DE SENTENÇA

Vistos etc.

Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.

Em primeiro lugar, analisando as preliminares de litispendência e conexão, envolvendo o processo 0800044-29.2018.8.20.5108 e o presente feito, por supostamente tratarem das mesmas partes e causa de pedir, verifico, entretanto, que os contratos de empréstimo questionados na inicial das citadas demandas são diferentes, ou seja, decorrem de relação jurídica diversa. Nesses termos, resta assim prejudicada a reunião dos processos para julgamento, mesmo porque encontram-se em estágios distintos.

Já em relação à preliminar de incompetência do Juizado Especial em face da necessidade de realização de prova pericial, verifico que não se faz necessária a realização de perícia, uma vez que sequer a demandada trouxe aos autos o contrato supostamente celebrado entre as partes. Razão pela qual rejeito a preliminar suscitada.

No que se refere às preliminares de litigância de má-fé e falta de interesse de agir, percebo que as mesmas não merecem acolhimento, uma vez que a parte autora sentiu-se prejudicada com os descontos quem vem sofrendo em seu benefício, sendo seu direito formular pedidos perante o poder judiciário (art. 5º, inc. XXXV, da CF/88).

Noutro giro, quanto a preliminar de inépcia da inicial por ausência de documentos essenciais, esta igualmente não merece prosperar, uma vez que verifico que a exordial preenche todos os requisitos do art. 319 do CPC, bastando uma simples leitura para entender os elementos



Assinado eletronicamente por: FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS - 07/08/2019 12:19:12

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080712191193000000045833367>

Número do documento: 19080712191193000000045833367

Num. 47375186 - Pág. 1

necessários e suficientes para o conhecimento do pedido, que vem acompanhado da documentação probatória. Desse modo, não se apresentando quaisquer das hipóteses do art. 330, I, e parágrafo primeiro do CPC, rejeito a preliminar suscitada.

Por fim, rejeito também a preliminar de impugnação a justiça gratuita, haja vista que o beneplácito sequer foi analisado e somente será em caso de interposição de recurso pelo demandante, dado que, a teor do art. 54 da Lei n.º 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independe, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Além disso, segundo dispõe o art. 99, §3º, do CPC, presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural.

Sem outras preliminares ou questões processuais para analisar, passo ao julgamento de mérito.

Destaque-se que encontra-se consubstanciada a hipótese de julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC, pois o deslinde da causa independe da produção de provas em audiência, havendo, ademais, possibilidade do julgamento do processo no estado em que se encontra.

Fundamento. DECIDO.

A situação narrada na inicial enseja a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, eis que patente uma relação de consumo que vincula as partes, trazendo à inteligência dos arts. 2º e 3º, da Lei nº 8.078/90. Ademais, impende consignar que a relação entre as instituições financeira e seus clientes enquadra-se no conceito legal de relação consumerista, conforme, aliás, orientação consolidada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (*ADI 2591, Relator Ministro EROS GRAU*) e do Superior Tribunal de Justiça (*Súmula 279*). E por constatar a hipossuficiência do consumidor no que tange à produção de provas, é que fora decretada a inversão do ônus, com escopo no art. 6º, VIII, do CDC (ID. n.º 29916418).

O objeto principal da presente ação gira em torno do fato da parte autora alegar que estaria sofrendo descontos mensais, supostamente indevidos, na conta em que recebe seu benefício previdenciário de pensão por morte, em razão de Cartão de Crédito de Reserva de Margem Consignável, que nega ter celebrado, conforme o histórico de consignações de ID. n.º 29322342.

Em sede de contestação, o promovido sustenta a legalidade dos descontos, juntando aos autos o comprovante de transferência de valores ID. n.º. 31041920 e histórico de faturas ID. n.º.31041840. Contudo, o banco limitou-se a trazer apenas alegações genéricas e sem nenhum





fundamento fático probatório, já que ignorou a inversão do ônus da prova e durante a instrução não se desincumbiu de provar a regularidade do contrato ora questionado, haja vista que não o anexou.

Desse modo, não há como a parte ré se eximir da culpa alegando que agiu no exercício regular de um direito, uma vez que, sequer comprovou a legalidade do débito, visto que não apresentou documentos capazes de convencer este Juízo de suas afirmações.

Assim, ausente a comprovação da eventual contratação pela parte demandada, a dívida é inexistente por extensão, caracterizando o ato ilícito passível de indenização. No entanto, ao deixar de apresentar documentação relacionada à alegada contratação, acabou por atribuir verossimilhança à tese autoral.

Sendo assim, não provada a celebração do contrato de Cartão de Crédito de Reserva de Margem Consignável, deve a parte demandada suportar os efeitos do ônus da prova:

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO LIMINAR. DIREITO DO CONSUMIDOR. BANCO. PENSIONISTA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTO AUTOMÁTICO NOS PROVENTOS. AUSÊNCIA DE CONTRATO. DESCONTOS INDEVIDOS. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. TED NÃO APRESENTADO. ATO ILÍCITO EVIDENCIADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESTITUIÇÃO DETERMINADA. DANO MORAL CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 373, II DO CPC. RECURSO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO (0010947-76.2017.8.20.0102, Rel. Gab. da Juíza Ana Carolina Maranhão de Melo, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 03/09/2013).

EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. BANCO. RELAÇÃO DE CONSUMO. SEGURO NÃO CONTRATADO. DESCONTOS INDEVIDOS NOS PROVENTOS DO AUTOR. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PLEITO AUTURAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO NÃO CONTRATADO. CONTRATO NÃO APRESENTADO NOS AUTOS. DANO MORAL IN RE IPSA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 373, II DO NCPC. RECURSO. PLEITO PARA MAJORAÇÃO DO VALOR FIXADO PARA REPARAR OS DANOS MORAIS SUPORTADOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. (0802258-67.2016.8.20.5106, Rel. Gab. da Juíza Ana Carolina Maranhão de Melo, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 12/06/2017).



Assinado eletronicamente por: FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS - 07/03/2019 12:19:12

<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1908071219119300000045833367>

Número do documento: 1908071219119300000045833367

Num. 47375186 - Pág. 3

Dessa forma, com base nas razões acima e na Lei n. 10.820/2003, nos arts. 104, 166, IV e 169, todos do Código Civil e na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, é de rigor a declaração de nulidade do contrato ora questionado.

O demandante faz jus à restituição dos valores relativos aos descontos do cartão objeto da demanda. Não há que se falar, contudo, em repetição em dobro com fundamento no art. 42, parágrafo único, do CDC, eis que ausente a demonstração de má-fé do contratante, na esteira do entendimento do STJ (*Agravo regimental em recurso especial: AgRg no AREsp 225393 RJ 2012/0186878-9, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJ.: 23/04/2013, DP.: 07/05/2013*).

No tocante ao pedido de indenização por danos morais. No caso posto, o dever da demandada indenizar a parte autora repousa na prática de ato ilícito (art. 927 c/c art. 186 do CC) consistente em realizar cartão de crédito de reserva de margem consignável vinculado à pensão por morte do consumidor sem a observância das normas aplicáveis ao contrato em espécie.

A jurisprudência perfilha o entendimento no sentido da configuração do dano moral decorrente de empréstimo realizado de forma fraudulenta. Ilustrativamente, cito os seguintes precedentes:

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. INEXISTÊNCIA. DESCONTOS INDEVIDOS DA CONTA CORRENTE. VALOR FIXADO. MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Como a formalização do suposto contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento não foi demonstrada, a realização de descontos mensais indevidos, sob o pretexto de que essas quantias seriam referentes às parcelas do valor emprestado, dá ensejo à condenação por dano moral. 2. Esta Corte Superior somente deve intervir para diminuir o valor arbitrado a título de danos morais quando se evidenciar manifesto excesso do quantum, o que não ocorre na espécie. Precedentes. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1238935/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJe 28/04/2011).

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DESCONTOS INDEVIDOS EM APOSENTADORIA. FRAUDE NA CONTRATAÇÃO. ERRO GROSSEIRO NA ASSINATURA APOSTA NOS CONTRATOS. RUBRICA EM TOTAL DISPARIDADE COM A ASSINATURA CONSTANTE NA PÁGINA FINAL DO CONTRATO. EVENTO FRAUDE INCONTESTE. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. DANO MORAL ARBITRADO EM R\$ 3.000.00. ATENDIMENTO AS DUAS FINALIDADES, COMPENSATÓRIA E PUNITIVA. AUTORA PESSOA IDOSA. PRIVAÇÃO DE RENDA DE CARATER ALIMENTAR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO NOS TERMOS DO ESTATUTO DO





IDOSO. (0807115-93.2015.8.20.5106, Rel. Gab. do Juiz Valdir Flávio Lobo Maia, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 29/04/2016).

Com base nas circunstâncias supra e levando em consideração o ato ilícito praticado contra a parte autora consistente na realização de desconto indevido no benefício previdenciário de 1 (um) salário-mínimo, recurso mínimo para a subsistência da autora, o potencial econômico do ofensor (reconhecida instituição financeira), o caráter punitivo-compensatório da indenização e os parâmetros adotados em casos semelhantes pelos tribunais, concluo que o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) é justo e razoável, sendo suficiente para compensar a parte autora pelo dano efetivamente suportado, afastado o enriquecimento sem causa, bem como para desestimular que a parte requerida reitere na conduta ilícita.

Por fim, tendo em vista a nulidade do contrato, resta prejudicada o pedido feito na contestação de compensação do valor da condenação da parte demandada em razão do valor disponibilizado pelo empréstimo concedido. Isto porque os serviços e os produtos enviados sem a solicitação do consumidor são considerados amostras grátis, nos termos do artigo 39, parágrafo único, do CDC. Se a parte requerida forneceu um serviço sem solicitação do consumidor ou com desobediência legal, o fez por sua liberalidade, devendo sofrer o ônus por tal conduta abusiva. Assim, não há enriquecimento sem causa do consumidor caso lhe tenha sido enviado algum valor ou produto. Se houve de fato valor transferido em favor da parte autora, este foi considerado brinde.

Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pleitos autorais para o fim de, nos termos do art. 487, I, do CPC:

a) **DECLARAR** a nulidade do contrato de Cartão de Credito de Reserva de Margem Consignável de nº. **13053683**, vinculado ao benefício previdenciário da parte demandante (**NB. 1721534234**);

b) **CONDENAR o BANCO BMG (CNPJ N. 61.186.680/0001-74)**, a restituir na forma simples todos os valores que houver indevidamente descontados do benefício da parte autora (**NB 1721534234**) relativos ao contrato ora declarado nulo, devendo tal quantia ser corrigida monetariamente pelo INPC a partir de cada desconto (Súmula 43 - STJ) e acrescida de juros de 1% ao mês, a contar da citação;

c) **CONDENAR o BANCO BMG (CNPJ N. 61.186.680/0001-74)**, a pagar à parte autora, a título de indenização por danos morais, o montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais), acrescido de correção monetária pelo INPC a contar desta data (Súmula 362 - STJ) e de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a incidir desde a citação;

d) **INDEFIRO** o pedido contraposto.



Assinado eletronicamente por: FLAVIO ROBERTO FESSOA DE MORAIS - 07/08/2019 12:19:12
<https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19030712191193000000045833367>
Número do documento: 19080712191193000000045833367

Oficie-se a Agência da Previdência Social do INSS desta Comarca DETERMINANDO a imediata exclusão de cobrança de parcelas consignadas no benefício da parte autora (NB 1721534234) relativa ao contrato ora declarado nulo (contrato n. 13053683), nos termos do art. 44, §1º, da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008.

Determino que seja oficiada a Diretoria de Benefícios – DIRBEN do INSS, através do e-mail dirben@inss.gov.br, para tomar ciência da presente sentença, adotando as medidas administrativas que entender cabíveis, conforme determina o art. 52 da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008.

Sem custas e condenação em honorários advocatícios, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.

Submeto, nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do Juízo de Direito.

Após, publique-se, registre-se e intimem-se.

HANNA PINHEIRO DINIZ BEZERRA

Juíza Leiga

HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA

Em seguida, pelo MM. Juiz de Direito foi proferida a seguinte **SENTENÇA**: "Nos termos do art. 40, da Lei n.º 9.099, de 1995, HOMOLOGO, por sentença, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, para que surta seus efeitos legais".

Havendo apresentação de recurso, deve a secretaria certificar a tempestividade e o preparo (salvo gratuidade deferida nos autos) e intimar a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o prazo, remetam-se os autos a uma das egrégias Turmas Recursais. Por outro lado, sendo o recurso deserto e/ou intempestivo, voltem-me os autos conclusos independentemente de intimação da parte contrária para apresentar contrarrazões.

Cientifique-se a parte demandada que, havendo solicitação da parte autora, caso não realize o pagamento voluntário em 15 (quinze) dias, contados a da intimação para pagamento, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 52, caput, IV da Lei 9.099/95 c/c art. 523, §1º do CPC.





Fica a parte vencedora ciente de que, transitada em julgado a presente sentença, deverá requerer o cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias. Após 30 (trinta) dias do trânsito em julgado sem manifestação da parte autora, archive-se, com baixa.

Fica parte autora ciente ainda de que, caso requeira o cumprimento da sentença, deverá proceder por meio de simples requerimento nos autos, o qual deverá conter: nome completo e número do CPF da parte autora; nome completo e número do CNPJ/CPF da parte demandada; índice de correção monetária e taxa de juros de mora adotados nesta sentença; termo inicial e termo final da correção monetária e dos juros utilizados; e demais exigências do art. 534 do novo CPC, respeitadas as disposições especiais do art. 52 da Lei n. 9.099/95.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

PAU DOS FERROS/RN, 07 de agosto de 2019.

FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS
Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



Assinado eletronicamente por: FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS - 07/08/2019 12:19:12
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080712191193000000045833367>

Número do documento: 19080712191193000000045833367

Num. 47375186 - Pág. 7



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS



VOLAR

Atenção:

1. Esta sempre a sua via do contrato de empréstimo pessoal e ou cartão de crédito
2. Para contratar crédito compareça a agência da Instituição Financeira conveniada, não aceite a abordagem de terceiros, ou por telefone.

Informações do benefício

Nome do beneficiário	1537546407
Nome do segurado	ANTONIA LOPES DE LIMA
Especie	21-PENSAO POR MORTE PREVIDENCIARIA
Pagamento através de	CONTA-CORRENTE
Situação do benefício	ATIVO
Possui representante legal / procurador?	SIM
E pensão alimentícia?	NÃO
Bloqueado para empréstimo?	NÃO
Valor da MP	954,00
Base de cálculo da margem consignável	254,00
Margem atual disponível para empréstimo	5,81
Margem atual disponível para cartão	0,00
Valor referente ao pagamento da competência 06/2018	0,6
	0,0

Empréstimos Bancários

Contrato	Banco	Inl. Contrato	Inl. Desconto	Fim Desconto	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	VL Empréstado	VL Parcela	Parcela/Total
51-822341680/17 (Empréstimo por Consignação)	739 - BANCO CETELEM	23/01/2017	02/2017		25/01/2017		Ativo	NÃO	NÃO	559,33	17,00	18,72
51-817574794/16 (Empréstimo por Consignação)	739 - BANCO CETELEM	23/02/2016	03/2016		25/02/2016		Ativo	NÃO	NÃO	888,11	27,00	29,72
556112045 (Empréstimo por Consignação)	029 - ITAU CONSIGNADO	07/04/2015	03/2015		10/02/2015		Ativo	NÃO	NÃO	671,20	19,25	41,72
802874677 (Empréstimo por Consignação)	394 - BRAD. FINANCIAM	07/03/2015	02/2015		24/01/2015		Ativo	NÃO	NÃO	7184,74	203,40	42,72
776224646 (Empréstimo por Consignação)	394 - BRAD. FINANCIAM	07/03/2014	02/2014	01/2015	29/01/2014	24/01/2015	Excluído	NÃO	SIM	6.629,73	203,40	12,80
743991580 (Empréstimo por Consignação)	394 - BRAD. FINANCIAM	07/03/2013	04/2013	01/2014	07/03/2013	29/01/2014	Excluído	NÃO	SIM	6.629,72	203,40	10,60

Reserva de Margem para Cartão de Crédito

Imprimir

Contrato	Banco	Início Contrato	DI Inclusão	DI Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Saldo Devedor	VI. Desconto	Util. Mês
97-818215201/16	739 - BANCO CETELEM	11/04/2016	12/04/2016	-	Ativo	NÃO	NÃO	890,00	890,00	44,00
Descontos de Cartão de Crédito										
Contrato	Banco	Comp. Desc.	DI Inclusão	DI Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Saldo Devedor	VI. Desconto	Util. Mês
97-818215201/160718	739 - BANCO CETELEM	07/2016	23/06/2016	-	Ativo	NÃO	NÃO	370,00	43,66	0,94
97-818215201/160418	739 - BANCO CETELEM	04/2016	23/03/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	389,62	44,00	0,95
97-818215201/160318	739 - BANCO CETELEM	03/2016	23/02/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	420,84	43,86	1,00
97-818215201/160218	739 - BANCO CETELEM	02/2016	23/01/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	451,32	43,70	1,11
97-818215201/160118	739 - BANCO CETELEM	01/2016	22/12/2015	-	Encerrado	NÃO	NÃO	480,28	43,61	1,18
97-818215201/161217	739 - BANCO CETELEM	12/2017	22/11/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	508,37	43,68	1,21
97-818215201/161117	739 - BANCO CETELEM	11/2017	24/10/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	536,39	44,00	1,31
97-818215201/161017	739 - BANCO CETELEM	10/2017	22/09/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	562,49	43,50	1,33
97-818215201/160917	739 - BANCO CETELEM	09/2017	22/08/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	588,30	43,80	1,44
97-818215201/160817	739 - BANCO CETELEM	08/2017	24/07/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	612,23	43,36	1,50
97-818215201/160717	739 - BANCO CETELEM	07/2017	22/06/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	635,37	43,36	1,51
97-818215201/160617	739 - BANCO CETELEM	06/2017	23/05/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	658,40	43,36	1,61
97-818215201/160517	739 - BANCO CETELEM	05/2017	26/04/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	680,01	43,36	1,61
97-818215201/160417	739 - BANCO CETELEM	04/2017	23/03/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	701,62	43,36	1,71
97-818215201/160317	739 - BANCO CETELEM	03/2017	23/02/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	719,78	43,36	1,70
97-818215201/160217	739 - BANCO CETELEM	02/2017	25/01/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	736,74	44,00	1,81
97-818215201/160117	739 - BANCO CETELEM	01/2017	23/12/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	756,19	44,00	1,85
97-818215201/161216	739 - BANCO CETELEM	12/2016	25/11/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	773,02	44,00	1,83
97-818215201/161116	739 - BANCO CETELEM	11/2016	02/11/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	790,13	44,00	1,93
97-818215201/161016	739 - BANCO CETELEM	10/2016	22/09/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	805,74	44,00	1,97
97-818215201/160916	739 - BANCO CETELEM	09/2016	23/08/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	821,70	44,00	2,01
97-818215201/160816	739 - BANCO CETELEM	08/2016	27/07/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	836,18	44,00	2,04
97-818215201/160716	739 - BANCO CETELEM	07/2016	02/07/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	850,14	44,00	7,00
97-818215201/160616	739 - BANCO CETELEM	06/2016	25/05/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	859,74	44,00	10,19
97-818215201/160516	739 - BANCO CETELEM	05/2016	23/04/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	865,03	44,00	644,53

MPB - ASS. OMPREV

Segunda-feira, 16/07/2018, 17:28:23 (Brasil)



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

1.500.502 – DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS, em __/__/2019.



Ref.: Ofício nº 529/2019 - Juizado Especial Cível, Criminal e de Fazenda Pública da Comarca de Pau dos Ferros do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte

Proc.: SIPPS nº 492164919

Interessado: Banco BMG SA

Assunto: Apuração de Irregularidade

1. Trata-se de Ofício emitido pelo Juizado Especial Cível da Comarca de Pau dos Ferros – RN contendo solicitação para que o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS adote *“as medidas administrativas que entender cabíveis a fim de identificar eventuais falhas no sistema do banco demandado no que diz respeito à contratação de empréstimos consignados sem a observância das cautelas estabelecidas na Instrução Normativa do INSS n 28/2008, conforme recomenda o art. 52”*.
2. Preliminarmente, remeta-se ao protocolo (01.300-417) para abertura do processo, com posterior devolução a esta Divisão de Consignações em Benefícios (01.500.502).
3. À 01.300-417.

KARINA VIANA DE FREITAS
Divisão de Consignações em Benefícios – DCONB

Consulta de Empréstimo Consignado

Consulta de Empréstimos

Usuário: Lauro Iatskiu Junior

Os campos precedidos com asterisco(*) são de preenchimento obrigatório

1 - Exija sempre a sua via do contrato de empréstimo pessoal e/ou cartão de crédito.

2 - Para contratar crédito compareça a agência da Instituição Financeira conveniada, não aceite a abordagem de terceiros ou por telefone.

Informações do benefício

Número do benefício: 1721534234

Nome do segurado: MARIA ALVES DO NASCIMENTO SOUZA

Especie: 21-PENSAO POR MORTE PREVIDENCIARIA

Pagamento através de: CONTA-CORRENTE

Situação do benefício: ATIVO

Possui representante legal / procurador: NÃO

Pensão alimentícia: NÃO

Bloqueado para empréstimo: NÃO

Valor da MR: R\$ 998,00 Valor referente ao pagamento da competência 09/2019

Base de cálculo da margem consignável: R\$ 998,00

Margem atual disponível para empréstimo: R\$ 0,00 0,0 %

Margem atual disponível para cartão: R\$ 0,00 0,0 %

Empréstimos Bancários

Contrato	Banco	In. Contrato	In. Desconto	Fin. Desconto	DI Inclusão	DI Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	VL. Empréstimo	VL. Parcela	Parcela/Total
325080231-5 - (Empréstimo por Consignação)	623 - PAN	07/02/2019	03/2019	-	09/02/2019	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 643,59	R\$ 18,22	08 / 72
014520758 - (Empréstimo por Consignação)	237 - BRADESCO	25/07/2017	08/2017	-	26/07/2017	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 4.326,11	R\$ 119,70	27 / 72
51-821784771/16 - (Empréstimo por Consignação)	739 - BANCO CETELEM	29/12/2016	01/2017	-	30/12/2016	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 5.000,00	R\$ 161,48	34 / 60

Reserva de Margem para Cartão de Crédito

Contrato	Banco	Início Contrato	DI. Inclusão	DI. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Limite Cartão	VL. Reservado
13053683	318 - BANCO BMG	01/07/2017	26/07/2017	28/08/2019	Suspensão	NÃO	SIM	R\$ 1.262,00	R\$ 49,90

Descontos de Cartão de Crédito

Contrato	Banco	Comp. Desc.	DI. Inclusão	DI. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Saldo Devedor	VL. Desconto	Unid. Mo
172153423400082019	318 - BANCO BMG	03/2019	26/07/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400072019	318 - BANCO BMG	07/2019	28/06/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400062019	318 - BANCO BMG	06/2019	31/05/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400052019	318 - BANCO BMG	05/2019	25/04/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400042019	318 - BANCO BMG	04/2019	24/03/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400032019	318 - BANCO BMG	03/2019	28/02/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400022019	318 - BANCO BMG	02/2019	26/01/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400012019	318 - BANCO BMG	01/2019	25/12/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400112018	318 - BANCO BMG	12/2018	02/12/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400102018	318 - BANCO BMG	11/2018	30/10/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400092018	318 - BANCO BMG	10/2018	30/09/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400082018	318 - BANCO BMG	09/2018	02/08/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400072018	318 - BANCO BMG	08/2018	31/07/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400062018	318 - BANCO BMG	07/2018	23/06/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400052018	318 - BANCO BMG	06/2018	29/05/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400042018	318 - BANCO BMG	05/2018	30/04/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400032018	318 - BANCO BMG	04/2018	23/03/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400022018	318 - BANCO BMG	03/2018	26/02/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400012018	318 - BANCO BMG	02/2018	08/02/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00
172153423400002018	318 - BANCO BMG	01/2018	24/12/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,89	R\$ 46,89	RS 0,00

Contrato	Banco	Comp. Desc.	Dt. Incluso	Dt. Excluido	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Saldo Devedor	Vi. Desconto	Out. Mo
172153423400122017	318 - BANCO BMG	12/2017	24/11/2017	-	Encerrado	NAO	NAO	R\$ 46.89	R\$ 46.89	R\$ 5,00
172153423400112017	318 - BANCO BMG	11/2017	25/10/2017	-	Encerrado	NAO	NAO	R\$ 44.83	R\$ 44.83	R\$ 0,00
172153423400102017	318 - BANCO BMG	10/2017	25/09/2017	-	Encerrado	NAO	NAO	R\$ 44.83	R\$ 44.83	R\$ 5,08
172153423400092017	318 - BANCO BMG	09/2017	25/08/2017	-	Encerrado	NAO	NAO	R\$ 44.83	R\$ 44.83	R\$ 1.208,45



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ofício nº 84 /DCONB/CGPGSP/DIRBEN



Brasília, 25 de outubro de 2019.

Ao

Banco BMG S/A

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 10º, 11º, 13º e 14º andares
Cond. Ed. São Luiz, Vila Nova Conceição
CEP 04.543-000 – São Paulo - SP

Assunto: Processo Administrativo instaurado em decorrência de manifestação judicial nos autos 0800045-14.2018.8.20.5108, que tramitou perante o Juizado Especial Cível da Comarca de Pau dos Ferros - RN

Referência: Processo nº 35000.002905/2019-17 (SIPPS nº 492164919)

Prezados,

1. Visando instruir procedimento administrativo instaurado em decorrência do recebimento do Ofício nº 529/2019, emitido pelo Juizado Especial Cível da Comarca de Pau dos Ferros – RN, determinando que o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS adote “*as medidas administrativas que entender cabíveis a fim de identificar eventuais falhas no sistema do banco demandado no que diz respeito à contratação de empréstimos consignados sem a observância das cautelas estabelecidas na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, conforme recomenda o art. 52*”, solicitamos a apresentação de cópia integral do contrato 13053683 da instituição financeira com a beneficiária Maria Alves do Nascimento Souza (CPF 702.859.004-63), titular do NB 172.153.423-4, no prazo de dez dias, contados a partir do recebimento do presente ofício.
2. Ressaltamos que o artigo 28 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, determina que “*a instituição financeira concedente de crédito deverá conservar os documentos que comprovam a operação pelo prazo de cinco anos, contados da data do término do contrato de empréstimo e da validade do cartão de crédito*”.

Atenciosamente,

KARINA VIANA DE FREITAS
Chefe da Divisão de Condições em Benefícios

Apagar Responder Responder a todos Encaminhar Imprimir mensagem Salvar

Assunto: Apuração de Irregularidade - Exigência - Ofício nº 84/DCONB/CGPGSP/DIRBEN

De: Divisao de Consignacoes em Beneficios <dconb@inss.gov.br> [+] [x]

Data: 25/10/2019 10:45:39

Cco: reclamacoes.inss@bancobmg.com.br, respostaaoconsumidor@bancobmg.com.br [...]

Anexos: OFICIO Nº 84.PDF (71.3 KB)

Prezados,

Em análise ao processo administrativo instaurado para apuração de irregularidade encaminhamos 84/DCONB/CGPGSP/DIRBEN em anexo para conhecimento. Solicitamos confirmar recebimento.

--

Atenciosamente,

Gabriel Gouveia Torres

Estagiário 3146318

Divisão de Consignações em Benefícios





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



1.500.502 – DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS, em __/__/2019.

Proc.: 35000.002905/2019-17

Ref.: Autos 0800045-14.2018.8.20.5108
(SIPPS 492164919)

Int.: Juizado Especial Cível, Criminal e de
Fazenda Pública da Comarca de Paus dos
Feros do Poder Judiciário do Estado do Rio
Grande do Norte.

Ass.: Processo Administrativo para apuração
de irregularidades em empréstimos
consignados.

1. Trata-se de ação judicial proposta por Maria Alves do Nascimento Souza (CPF 702.859.004-63) em face da instituição financeira Banco BMG SA, contendo solicitação judicial para que o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS adote *“as medidas administrativas que entender cabíveis a fim de identificar eventuais falhas no sistema do banco demandado no que diz respeito à contratação de empréstimos consignados sem a observância das cautelas estabelecidas na Instrução Normativa do INSS n 28/2008, conforme recomenda o art. 52”*.
2. Consultando a decisão judicial é possível verificar que a parte requerente afirmou não ter celebrado contrato com a instituição financeira, bem como que a parte requerida não apresentou em Juízo documentação apta a comprovar a relação contratual.
3. O Instituto Nacional do Seguro Social não fez parte de nenhum dos polos do processo informado acima. Dessa forma, eventual penalidade administrativa somente pode ser aplicada mediante procedimento administrativo com observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, corolários do devido processo legal.
4. Considerando a previsão contida no artigo 28 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, determinando que *“a instituição financeira concedente de crédito deverá conservar os documentos que comprovam a operação pelo prazo de cinco anos, contados da data do término do contrato de empréstimo e da validade do cartão de crédito”*, como medida



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



instrutória, expeça-se ofício à instituição financeira solicitando cópia integral dos contratos de empréstimos consignados firmados com a parte requerente.

KARINA VIANA DE FREITAS

Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios
Técnico do Seguro Social - Matrícula 1564475

TERMO DE ADESAO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO BANCO BMG S.A E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Cod. Corresp. / Loja SERGIO DANIEL COSTA ME 01.033.477/0001-36 50015

Nº ADE 49335469

☐ Servidor Público/ Empresa Privada☐ Servidor Público: ☐ Estadual ☐ Municipal ☐ Federal ☐ Militar ☐ Empresa Privada Órgão/ Empresa:☒ INSS☐ Aposentado ☐ Pensionista ☐ Outros Descrever

Nº do benefício: 1721534234

I - DADOS PESSOAIS DO(A) TITULAR(ADERENTE)

Nome Completo (sem abreviatura): MARIA ALVES DO NASCIMENTO SOUZA

CPF: 702.859.004-63

Data Nascimento / / 09/11/1952

Nacionalidade BRASILEIRA

Naturalidade PAU DOS FERROS UF

Estado Civil: Solteiro

Matrícula-DV: 1721534234

Matr.-Instituidor:

Nome da Mãe: JUDITE ALVES DO NASCIMENTO

Nome do Pai: JOAO MARTINS DO NASCIMENTO

Doc. Identidade (Tipo / Nº): 516184

Órgão Emissor / UF: SSP / RN

Data Emissão: / / 02/10/2008

Endereço: SAO BENEDITO

SAO BENEDITO

59.900-000

Nº 117

Complemento:

Bairro / Distrito: /

CEP:

Cidade/UF: PAU DOS FERROS RN

Telefone de Contato ((04)3351-3711 / (84) Telefone Celular ()

E-mail:

Nome do Cônjuge / Companheiro(a):

II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO: Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao conveniado): R\$ 46,75

Abrangência ☐ Nacional ☒ InternacionalSolicitação de cartão adicional ☐ Sim ☒ Não

(a) Vencimento: Dia 10 de cada mês

(b) Taxa contratual máx. aplicada ao cartão: 3,06 % a.m. 44,30 % a.a

(c) CET (Custo Efetivo Total) máx. aplicado ao cartão: 3,69 % a.m. 55,33 % a.a

(d) Forma de Pagamento ☐ Mensal (e) Cadastro (Apenas novo cadastro) R\$

(g) Taxa de emissão (verificar se o convênio permite) R\$ 15,00

Nome completo da adicional:

Grau de parentesco do Adicional em relação ao titular:

III - DADOS BANCÁRIOS DO(A) TITULAR: Banco:

Nº Banco:

Agência: 763

Conta Corrente nº: 65710 8

IV - SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE PERDA E ROUBO (se disponibilizado) ☐ Não ☒ Sim - Valor de R\$ R\$ 3,90 () por cartão solicitado.

Estou ciente de que em caso de inadimplência a prestação deste serviço poderá ser suspensa ou cancelada.

V - DADOS DO CORRESPONDENTE NO PAÍS/SUBSTABELECIDO (preenchimento exclusivo CREDOR)

Empresa: SERGIO DANIEL COSTA ME 01.033.477/0001-36 50015

CNPJ:

Telefone: ()

Endereço: R.Princesa Isabel 461

CEP: 59.025-400

Cidade/Estado: /

NATAL - RN

Bairro: CIDADE ALTA

Identificação da pessoa certificada, integrante da equipe do correspondente, que procedeu ao atendimento ao(a) TITULAR:

Nome: Maria Jaqueline dos Santos

CPF: 02.038.157-03

VI - CLAUSULAS E CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS AO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A.

AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO: 6.1. O(A) TITULAR autoriza a sua fonte empregadora, de forma irrevogável e irretroatável, a realizar o desconto mensal em sua remuneração/benefício, em favor do BANCO BMG S.A. para o pagamento correspondente ao valor mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado ora contratado. 6.2. O(A) TITULAR declara que estar ciente de que o produto ora contratado refere-se à um Cartão de Crédito Consignado, declarando, ainda, estar de acordo com o valor a ser averbado, conforme disposto no quadro II deste termo, estando o mesmo em conformidade com o pactuado, não sendo-lhe exigido qualquer outro encargo e/ou aquisição de outro(s) produto(s). O(A) TITULAR declara estar ciente de que o referido valor será automaticamente majorado na mesma proporção de eventuais e futuros aumentos em sua margem consignável. 6.3. Ocorrendo a inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento/benefício, nos ora conveniados, o(a) TITULAR autoriza desde já o BANCO BMG S.A., diretamente ou através de empresas terceirizadas, em caráter irrevogável e irretroatável, a debitar em qualquer conta corrente de sua titularidade, mantida junto ao BANCO BMG S.A. ou em outra instituição financeira, o valor vencido e não pago, destinando os recursos única e exclusivamente para amortizar o saldo devedor do Cartão de Crédito Consignado ora contratado. Neste ato, o(a) TITULAR autoriza, ainda, o BANCO BMG S.A. a ter acesso aos seus dados de depósitos e aplicações em outras instituições financeiras, nos termos do artigo 1º, § 3º, V da Lei Complementar nº 105/01 que dispõe a não configuração de quebra de sigilo bancário a revelação de informações sigilosas com o expresso consentimento do interessado. VII - DECLARAÇÕES DO(A) TITULAR E CONDIÇÕES GERAIS DA ADESAO: 7.1. O(A) TITULAR declara, para os devidos fins, que pode ser classificado como PEP "Pessoas Politicamente Expostas", assim considerados, nos termos Circular nº 3.461, de 24 de julho de 2009 do Banco Central, os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo: ☐ Sim: ☐ Não. 7.2. O TITULAR declara em cumprimento ao disposto no art. 2º, III, da Circular nº 3.461/09, do Banco Central, que conhece as regras da Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" e normas complementares publicadas pelo Banco Central e Conselho Monetário Nacional, tendo ciência de que o BANCO BMG S.A. e as instituições financeiras a ele ligadas (controladas, controladoras ou sob controle comum) possuem, por força legal, obrigação de comunicar ao Banco Central sobre a ocorrência de determinadas operações previstas nas referidas normas, nada tendo a opor quanto ao referido procedimento. 7.3. O(A) TITULAR declara que os investimentos e movimentações financeiras por ele(a) pretendidas são compatíveis com sua atividade, rendimentos e situação patrimonial e que para fins do disposto na Lei nº 9.613/98, regulamentada pelo Banco Central, os montantes que vierem a ser movimentados e/ou investidos pelo(a) mesmo(a) não provêm de atividade ilícita. 7.4. O(A) TITULAR declara ter ciência que: (i) o SAQUE é um serviço facultativo atrelado ao cartão, que somente será disponibilizado pelo EMISSOR ao TITULAR ou adicional, se houver, nas hipóteses na legislação/regulamentação aplicável e observando os termos e condições constantes no convênio

firmado entre o emissor e o EMPREGADOR/ CONVENIADO; (ii) SAQUES adicionais mediante o cartão poderão ser formalizados: (i) por meio da gravação telefônica (telesaque), opção esta destinada apenas ao TITULAR e observando-se o disposto no convênio firmado entre o órgão público e o Banco BMG e o disposto na legislação aplicável; (ii) mediante a celebração de uma Cédula de Crédito Bancário - CCB, a ser emitida nos termos da Lei nº 10.931/04; (iii) nos terminais de auto atendimento credenciados à bandeira ou (iii) mediante outras formas disponibilizadas pelo BANCO BMG, a seu critério, desde que permitidas na legislação/regulamentação aplicável. 7.5. O(A) TITULAR declara que previamente à assinatura deste termo foi devidamente informado de que a utilização do cartão para a realização de determinadas transações, bem como a opção de contratação de empréstimo, financiamento ou parcelamento mediante a utilização do cartão acarretará na cobrança de encargos e tarifas, nos termos do disposto no regulamento de utilização do cartão e na legislação vigente. Os encargos do período serão informados na fatura e o percentual máximo de encargos que incidirão no mês subsequente serão, obrigatoriamente, informados ao titular e/ou adicional, se aplicável, de forma prévia, possibilitando que o(s) mesmo(s) tenha(m) pleno conhecimento acerca dos valores que lhe serão cobrados previamente à contratação de qualquer operação, solicitação de qualquer serviço atrelado ao cartão ou realização de transação da qual decorra a cobrança de encargos. 7.6. O(A) TITULAR autoriza, de forma irrevogável e irretirável o BANCO BMG S.A. a: (i) Manter em cadastro ou banco de dados, o seu nome, qualificação e outros informes pessoais, bem como a merter em cadastro ou banco de dados as respectivas informações relacionadas ao adicional, se houver; (ii) Obter, fornecer e compartilhar as informações cadastrais, financeiras e de operações ativas e passivas e serviços prestados junto a outras instituições pertencentes ao GRUPO FINANCEIRO DO BANCO BMG, ficando todos autorizados a examinar e utilizar, no Brasil e no exterior, tais informações, inclusive para oferta de produtos e serviços; (iii) Compartilhar informações cadastrais com outras instituições financeiras; (iv) Informar os dados relativos a todas as obrigações assumidas pelo(a) titular e/ou adicional, inclusive os dados relativos à falta de pagamento de obrigações assumidas em decorrência da adesão ao regulamento, para constarem de cadastros compartilhados em Banco de Dados de proteção ao crédito, tais como SERASA e SPC (v) Fornecer ao Banco Central do Brasil, para integrar o Sistema de Informações de Créditos (SCR), a qualquer tempo, mesmo após a rescisão do contrato, dados a respeito de suas dívidas a vencer e vencidas, inclusive as em atraso e as operações baixadas com prejuízo, o valor das obrigações assumidas e das garantias prestadas, bem como e consultar e acessar o SCR sobre informações consolidadas e registradas em seus respectivos nomes, prestadas por outras instituições financeiras, vedada a sua divulgação para terceiros; bem como prestar, consultar e compartilhar as suas informações cadastrais com outras instituições financeiras ou semelhantes, nos termos do disposto na presente cláusula e utilizá-las para fins administrativos e de marketing, na forma da legislação vigente. 7.7. O(A) TITULAR declara conhecer e estar apto a efetuar qualquer negócio com as Instituições financeiras pertencentes ao GRUPO FINANCEIRO DO BANCO BMG, dentre elas: contratação de novas operações de empréstimo ou financiamento, renegociações, saque em dinheiro, tudo dentro dos limites de margem consignável, mediante a utilização do cartão, seja pelos terminais de auto atendimento (ATM/PDS), pelo "Internet Banking", pela Central telefônica e quaisquer outros meios eletrônicos disponibilizados pelas instituições financeiras integrantes do GRUPO FINANCEIRO DO BANCO BMG. 7.8. Formalização Eletrônica: Em casos de contratação eletrônica, o(a) TITULAR confirma que admite como válido o meio de comprovação de autoria e da integridade da assinatura e das informações capturadas e utilizadas neste Termo de adesão. Nessa hipótese, a assinatura constante no presente documento é capturada, neste ato, em tela sensível ao toque (touch screen) e será submetida à verificação de compatibilidade com os perfis biométricos previamente capturados e armazenados. Esta verificação será realizada pelo Banco ou terceiro à sua ordem e considerará parâmetros objetivos de caligrafia (pressão, velocidade e direção da assinatura). O documento gerado será assinado pelo Banco ou terceiro à sua ordem, com utilização de assinatura digital certificada no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Este documento (em caso de contratação eletrônica) e quaisquer outros documentos celebrados eletronicamente a partir desta data entre o(a) TITULAR e o Banco poderão se utilizar do mesmo meio eletrônico de assinatura sendo considerados, para todos os efeitos, válidos e exequíveis. O(A) TITULAR autoriza o compartilhamento dos dados relativos ao perfil biométrico de sua assinatura eletrônica entre instituições que mantenham relações comerciais com o Banco ou que pertençam ao conglomerado do qual o Banco faz parte. 7.9. O(A) TITULAR autoriza as empresas integrantes do GRUPO FINANCEIRO DO BANCO BMG a contatá-lo por qualquer meio, inclusive telefônico, e-mail, SMS e correspondência para enviar comunicações a respeito do cartão e informações relativas aos produtos, serviços, promoções e novidades relacionadas às empresas integrantes do GRUPO FINANCEIRO DO BANCO BMG ou do estabelecimento cuja marca encontrar-se indicada no cartão, sendo o titular cancelar a presente autorização a qualquer momento mediante contato junto à central de relacionamento. 7.10. O(A) TITULAR dispensa expressamente o Banco BMG de enviar mensalmente a via física do demonstrativo mensal (fatura) com a descrição das despesas relacionadas à utilização do Cartão de Crédito Consignado contratado, estando ciente de que, tal documento lhe será disponibilizado via Internet banking e que em caso de dúvidas, poderá contatar o Banco BMG através dos canais de atendimento disponibilizados. 7.11. Comunicação: O(A) TITULAR autoriza que o Banco BMG lhe envie mensagem eletrônica (e-mail) e mensagem SMS, por telefone, com informações sobre produtos e serviços oferecidos pelo Banco BMG ☐ não concordo com o envio das mensagens. 7.12. Ao assinar o presente documento o(a) TITULAR declara-se vinculado, em caráter irrevogável, irretirável e de forma incondicional, ao disposto no Regulamento de Utilização do cartão de crédito consignado emitido pelo BANCO BMG registrado perante o 3º oficial de registro de títulos e documentos e registro civil de pessoa jurídica da capital de São Paulo sob o nº 8905949 em 17.04.2015.

Local e data: 25/07/2017

Assine aqui

Assinatura do TITULAR:

Marina Alves da Noronha Sousa

DECLARAÇÃO SE ANALFABETO OU IMPEDIDO DE ASSINAR: Declaro que ouvi atentamente a leitura desta FICHA CADASTRAL na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo, estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.

A rogo do(a) TITULAR: assina o rogado:

Nome:

CPF ou CI:

Folgar Direito
TITULAR

Testemunhas:

Nome/CPF:

Nome/CPF:

CANAL DE ATENDIMENTO BANCO BMG: Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (capitais) e 0800 770 1790 (interior)/SAC 0800 9799 099/
Deficientes auditivos e ou de fala 0800 9797 333/OUVIDORIA 0800 723 2044

Banco BMG	CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - SAQUE MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO		Número da CCB 7478589
Local e Data de emissão: 25/07/2017		<input checked="" type="checkbox"/> VIA NEGOCIÁVEL <input type="checkbox"/> VIA NÃO NEGOCIÁVEL	
QUADRO I - QUALIFICAÇÃO:			
A - EMITENTE / DEVEDOR(A):			
Nome Completo (sem abreviaturas): MARIA ALVES DO NASCIMENTO SOUZA		CPF: 702.859.004-63	
Doc. Identidade (Tipo / Nº / Data Emissão): 516184 / / 02/10/2008		Orgão Emissor/UF SSP RN	
Naturalidade (Cidade e Estado): PAU DOS FERROS / RN	Nacionalidade: BRASILEIRA	Data Nascimento: 09/11/1992	
Endereço Residencial (Completo): - SAO BENEDITO 117		SAO BENEDITO	
Cidade/Estado: PAU DOS FERROS	CEP: 59.900-000	Tel: ()	
Estado Civil: <input checked="" type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Separado <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Viúva <input type="checkbox"/> União Estável			
Orgão Conveniado (cartão de crédito consignado):		Matrícula: 1721534234	
B - CREDOR: BANCO BMG S.A., instituição financeira de direito privado inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 61.186.680/0001-74, com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3477, 9º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo (SP), neste ato representado nos termos de seu estatuto social.			
QUADRO II - PROMESSA DE PAGAMENTO:			
O EMITENTE promete pagar por esta cédula ao CREDOR, na praça da sua sede ou à sua ordem, em moeda corrente nacional, a quantia certa, líquida e exigível informada no item I do QUADRO III, abaixo, mediante a forma por ele indicada no QUADRO IV, constante no preâmbulo deste instrumento, ou por outro meio acordado entre as partes, conforme apuração do saldo devedor, nos termos da legislação aplicável à espécie, bem como as condições previstas no presente título.			
QUADRO III - CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO:			
Tipo de operação de crédito: Crédito Pessoal oriundo de saque realizado por meio de cartão de crédito consignado emitido pelo Banco BMG nos termos do Termo de Adesão celebrado em 25/07/2017, com o Nº ADE 49335469			
1 - Valor total do crédito R\$ 1.207,88	1.1 - Valor líquido do crédito R\$ 1.198,90	2 - Tarifas R\$ 0,00	
3 - Despesas Reembolsáveis R\$	4 - IOF - R\$ 8,98 <input type="checkbox"/> Financiada <input checked="" type="checkbox"/> Pego no ato	5 - Seguro Prestamista: <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Valor de Prêmio Mensal: R\$	Valor da Parcela Única: R\$		
6 - Juros: 6.1- Pré-fixados	Taxa Mensal Efetiva: 3,06 %	Taxa Anual: 44,30 %	Coeficiente:
7 - CET (Custo Efetivo Total): 3,69 % ao mês 55,33 % ao ano			
7.1 - Planilha demonstrativa de cálculo do CET			
Descrição	Valores R\$	% Percentual	
a) valor total devido (b.c1. c2. c3. c4)	R\$ 1207,88	100%	
b) valor liberado ao Emitente:	R\$ 1.198,90	% do Valor total do crédito	
c) despesas vinculadas à concessão do crédito:	R\$	% do Valor total do crédito	
c1) tarifa (item 2):	R\$ 0,00	% do Valor total do crédito	
c2) tributos (item 4)	R\$ 8,98	% do Valor total do crédito	
c3) seguro (item 5):	R\$	% do Valor total do crédito	
c4) Outros (especificar, se houver):	R\$	% do Valor total do crédito	
- Especificação das Tarifas Bancárias (TB) e das Despesas Reembolsáveis (OR) ou de Originação (OO):			
Tipo	Financiada	Discriminação	Valor unitário (R\$)
QUADRO IV - FORMA DE PAGAMENTO:			
Valor da parcela mensal: R\$ ()	Qtde Parcelas: ()		
Ente Consignante: <input checked="" type="checkbox"/> INSS <input type="checkbox"/> Público <input type="checkbox"/> Privado			
Forma de Pagamento: As parcelas serão lançadas na fatura do cartão de crédito consignado emitido pelo BMG de titularidade do Emitente. As tarifas, despesas e demais custos relacionados à operação de crédito contratada, conforme disposto no Quadro III do presente título, serão lançadas na fatura do cartão de crédito Consignado emitido BMG de titularidade do Emitente.			
QUADRO V - FORMA DE LIBERAÇÃO DO VALOR LÍQUIDO DO CRÉDITO (QUADRO III, ITEM 1.1):			
<input type="checkbox"/> Valor líquido integral liberado mediante Crédito em Conta Corrente			
Conta Corrente DE: nº: 65710 8	- Agência: 763	- Banco:	- Nº: - R\$ 1.198,90
CPF/CNPJ: CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ 104			



<input type="checkbox"/> Valor líquido integral liberado mediante Transferência: Banco nº:		Agência:
OP:	STR:	
QUADRO VI - ENCARGOS MORATÓRIOS		
Juros Remuneratórios para Operações em Atraso:	Juros de Mora:	Multa:
QUADRO VII - DADOS DO CORRESPONDENTE NO PAÍS / SUBSTABELECÇÃO (preenchimento exclusivo do CREDOR)		
Nome/Razão Social: SERGIO DANIEL COSTA ME 01.033.477/0001-36 50015		CNPJ:
Endereço: R Princesa Isabel 461	CIDADE ALTA	Cidade/Estado: / NATAL - RN
Identificação da pessoa certificada, integrante da equipe do correspondente, que procedeu o atendimento ao cliente:		Telefone: ()
Nome: Maria Jaqueline dos Santos		CPF: 112.138.157-03

SUMÁRIO DAS CONDIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO REFERENTE À OPERAÇÃO DE CRÉDITO PESSOAL ORIUNDO DE SAQUE REALIZADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG

1. **Natureza da operação:** O CREDOR concede ao(a) EMITENTE, por solicitação deste(a), a operação de crédito assinalada no Quadro III, relacionada ao cartão de crédito consignado ao qual o EMITENTE aderiu, nos termos do disposto no Termo de Adesão identificado no Quadro III acima, cujas características estão mencionadas nos no preâmbulo do presente título. Ao emitir a presente Cédula de Crédito Bancária ("CCB") o(a) EMITENTE declara estar de acordo com as disposições contidas nas condições gerais da Cédula de Crédito Bancária, registradas perante o 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do estado de São Paulo em 16.07.2015 sob o nº 3592812, as quais foram disponibilizadas ao(a) EMITENTE previamente à emissão do presente título e encontram-se disponíveis através dos canais de atendimento do BMG destacados no final do presente documento. 2. **Forma de liberação:** O valor líquido da operação será liberado pelo CREDOR, conforme disposto no Quadro V, do preâmbulo. 3. **Encargos financeiros:** Sobre o Valor incidirão os encargos financeiros previstos no Quadro III do preâmbulo, desde a data da liberação dos recursos até a data do vencimento de cada prestação. Os juros serão calculados de forma mensal e capitalizada, conforme permitida em lei. 3.1. **CET - custo efetivo total:** O(A) EMITENTE declara que, previamente à contratação da presente operação, foi informado(a), de forma clara, precisa e adequada do seu custo efetivo total - CET, conforme demonstrativo apresentado no QUADRO III, item 7.1, constante no preâmbulo do presente título, sendo cientificado(a) do seu cálculo e possuindo pleno entendimento de que o CET, expresso na forma de taxa percentual anual, corresponde à taxa de juros, tributos, tarifas e seguros, bem como outras despesas por ele(a) (EMITENTE) autorizadas, e que a respectiva taxa percentual anual representa as condições vigentes na data do seu cálculo. 3.2. O(A) EMITENTE autoriza expressamente o CREDOR a descontar do Valor desta operação (Campo I do Quadro III), se for o caso, e repassar à seguradora eventualmente contratada, o Valor do Seguro (Campo 5 do Quadro III) correspondente ao prêmio de seguro devido para a contratação do mesmo, o qual deverá vigorar até a data de quitação integral desta operação, definindo, em todo o caso, o CREDOR como beneficiário primário. 3.3. Na hipótese de cancelamento antecipado do contrato de seguro de que dispõe o item 3.2 acima, em razão, entre outros motivos, da liquidação antecipada ou refinanciamento, o saldo a receber da seguradora pelo(a) EMITENTE, correspondente à restituição proporcional do prêmio, poderá ser retido pelo CREDOR para o pagamento de prêmio de eventual novo seguro (no caso de um refinanciamento) ou para a compensação contra outros créditos devidos pelo(a) EMITENTE ao CREDOR. 4. **Forma de pagamento:** O pagamento será efetuado na praça da sede do CREDOR ou à sua ordem, conforme nos termos do disposto no Quadro IV, acima. 4.1. O EMITENTE declara estar ciente de que o valor das parcelas será lançado na fatura do cartão de crédito Consignado de sua titularidade, conforme disposto no Quadro III do presente título, observada a data de vencimento do referido cartão é que o valor da operação comprometerá o limite de crédito disponibilizado pelo BMG (emissor do cartão) para utilização do mesmo. 5. **Encargos em Razão de Inadimplência:** A falta de pagamento de qualquer parcela no seu vencimento autorizará o CREDOR a cobrar os seguintes encargos sobre o valor em atraso, a serem pagos pelo EMITENTE, durante o período de inadimplência: (a) juros remuneratórios para operações em atraso, calculados por dia de atraso, juros moratórios e multa moratória conforme percentuais informados no QUADRO VIII, constante no preâmbulo do presente instrumento. 6. **Da Inadimplência:** Ocorrendo a inadimplência e a impossibilidade de pagamento nos moldes aqui convenccionados, o(a) EMITENTE autoriza desde já, o CREDOR, diretamente ou através de empresas terceirizadas, em caráter irrevogável e irretratável, a debitar em qualquer conta-corrente de sua titularidade, mantida nessa ou em outra Instituição Financeira, o valor vencido e não pago, destinando os recursos única e exclusivamente para amortizar o saldo devedor da operação de crédito ora contratada. Neste ato, o(a) EMITENTE autoriza, ainda, ao CREDOR a ter acesso aos seus dados de depósitos e aplicações em outras instituições financeiras, nos termos do artigo 1º, § 3º, V da Lei Complementar 105/01, que dispõe não configurar quebra de sigilo bancário a revelação de informações sigilosas com o expresso consentimento do interessado. 6.1. Caso ocorra inadimplência de quaisquer obrigações aqui assumidas, inclusive pelo não pagamento dos tributos e afins, o EMITENTE autoriza o CREDOR a comunicar os órgãos de proteção ao crédito, tais como SERASA e SPC. 7. **Seguro prestamista (seguro de proteção financeira):** o CREDOR declara estar ciente de que a contratação do seguro de proteção financeira é opcional e deve decorrer única e exclusivamente de sua livre e espontânea vontade de obter a proteção oferecida pelo referido seguro. 7.1. Na hipótese de opção pelo Seguro Prestamista (campo 5.1 do Quadro III), mediante assinatura de instrumento próprio, o EMITENTE autoriza, expressamente, a contratação em seu nome desta modalidade de seguro, de sorte a garantir o pagamento do saldo devedor, em caso de morte ou invalidez permanente e total, por acidente, incapacidade física total temporária ou desemprego involuntário, o qual será destinado única e exclusivamente para a cobertura de eventual saldo devedor, total ou parcial, desta Cédula, dentro dos limites estabelecidos na respectiva Apólice. 7.2. O EMITENTE declara-se ciente de que o seguro desta

2.99.032

Vig.: 19/04/2016

Maria Jaqueline dos Santos

modalidade não dará cobertura a eventos relacionados a doenças contraídas anteriormente a este data, declarando, para todos os fins e efeitos de direito, gozar de boa saúde e estar em plena atividade de suas funções. O EMITENTE declara-se ciente ainda de que, fazendo falsas declarações ou omitindo informações que possam influenciar na aceitação desta modalidade de seguro, perderá direito às coberturas sem direito a restituição do prêmio eventualmente pago. 8. Título Executivo: O EMITENTE reconhece, para os devidos fins, que o presente instrumento constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 28 da Lei nº 10.931 de 02/08/2004. 9. Da cessão do crédito: O EMITENTE concorda e está ciente de que o CREDOR poderá, a seu exclusivo critério, ceder ou transferir a terceiros a presente cédula, independente de notificação ou aviso prévio, mediante endosso em preto, nos termos do Art. 29, parágrafo 1º, da lei 10.931/04. 10. Da Portabilidade: 10.1. No caso de portabilidade de dívida, o EMITENTE autoriza e solicita que o CREDOR (instituição proponente) encaminhe à instituição credora original a requisição de portabilidade, conforme disposto na resolução 4.292/13 do Banco Central do Brasil, solicitando-lhes as respectivas confirmações com vistas a realizar a portabilidade por ele requerida. 10.2. O EMITENTE autoriza o CREDOR, de forma irrevogável e irretroatável a realizar a portabilidade no valor exato divulgado pela instituição credora original. 10.3. Nos termos do disposto no art. 3º, parágrafo único, da resolução 4.292/13 do Banco Central do Brasil, O EMITENTE autoriza o CREDOR, de forma irrevogável e irretroatável a realizar a portabilidade por ele requerida ainda que o valor da prestação da operação de crédito objeto da portabilidade junto à instituição proponente seja maior do que o valor da prestação na instituição credora original. 11. Avisos, Consultas e fornecimento de informações aos Órgãos de Proteção ao Crédito e ao Sistema de Informações de Crédito (SCR): 11.1. O(A) EMITENTE autoriza expressamente o CREDOR ou eventual cessionário do crédito previsto nesta cédula a: (I) Fornecer, a qualquer tempo, ao Banco Central do Brasil (Bacen), para integrar o sistema de informações de créditos (SCR) ou outros sistemas que venham a complementá-lo ou substituí-lo, dados a respeito de suas dívidas (a vencer e vencidas), das operações baixadas com prejuízo, do valor das cobranças assumidas e das garantias prestadas; (II) Consultar e acessar, ainda que de forma prévia, o SCR (ou os sistemas que venham a complementá-lo ou a substituí-lo) a respeito das informações consolidadas e registradas em seu nome, prestadas por outras instituições financeiras, sendo vedada a sua divulgação para terceiros; (III) Consultar, ainda que de forma prévia, as informações à seu respeito constantes no cadastro dos órgãos de proteção ao crédito; e (IV) Compartilhar as suas informações cadastrais com outras instituições financeiras ou semelhantes podendo, ainda, utilizá-las para fins administrativos e de marketing, na forma da legislação vigente. 11.2. O(A) EMITENTE declara-se ciente de que as consultas mencionadas na presente cláusula dependem de prévia autorização, sendo que eventual consulta anterior, para fins desta contratação, foi devidamente autorizada pelos mesmos de forma verbal. 12. O(A) EMITENTE declara ter ciência de que: O SCR tem por finalidades fornecer informações ao Bacen para fins de supervisão do risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras e a propiciar o intercâmbio de informações entre essas instituições com o objetivo de subsidiar decisões de crédito e de negócios; Terão acesso aos seus dados constantes no SCR por meio da Central de Atendimento ao Público do Banco Central do Brasil (CAP); e Poderão, a qualquer tempo, solicitar a realização de correções e exclusões quanto às informações constantes do SCR mediante o envio de requerimento escrito e fundamentado, ou, quando for o caso, pela respectiva decisão judicial, dirigida ao Bacen ou à instituição responsável pela remessa da(s) referida(s) informação(ões). 13. NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 12.414/2011, O EMITENTE AUTORIZA O CREDOR A ENVIAR SEUS DADOS AOS GESTORES DOS BANCOS DE DADOS DO CADASTRO POSITIVO, BEM COMO AUTORIZA O COMPARTILHAMENTO DE SUAS INFORMAÇÕES. 14. O EMITENTE se responsabiliza, ainda, a: (i) Manter constantemente atualizado seu(s) endereço(s), informando expressamente eventual alteração, para fins de comunicação sobre qualquer ato ou fato decorrente desta Cédula; e (ii) Honrar e assumir todos os riscos contra terceiros, eximindo o CREDOR da responsabilidade de qualquer origem ou espécie. 15. Devedor(es) Solidário(s). O(s) Devedor(es) Solidário(s) comparece(m) nesta ata para ratificar(em) os termos desta Cédula e assumir(em) responsabilidade solidária e incondicional por todas as obrigações decorrentes da presente, na qualidade de principal pagador, renunciando a qualquer benefício de ordem. 16. O(A) Emitente e declara que teve prévia conhecimento da presente operação, e que compreendeu o sentido e o alcance de todas as suas disposições, bem como das condições gerais aplicáveis à presente Cédula de Crédito Bancário, registradas perante o 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do estado de São Paulo em 16.07.2015 sob o nº 3592812, tendo requerido o crédito conscientemente, não implicando em excessivo endividamento, nem prejudicando a sua subsistência. 17. A presente Cédula de Crédito Bancário é emitida em quantidade de vias idênticas às partes que nela comparecem, sendo somente a via do CREDOR "negociável".

EMITENTE: Marcelo Alves do Nascimento Souza
Nome: _____ CPF: _____

Assine aqui

QUADRO VIII – declaração se analfabeto ou impedido de assinar

Declaro que ouvi atentamente a leitura desta Cédula de Crédito Bancário, na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo, estando ciente das condições e obrigações que assumi na presente operação.

A rogo do(a) EMITENTE, assina o rogado:

Nome: _____ CPF: _____
Testemunhas: 1. _____ 2. _____
Nome/CPF: _____ Nome/CPF: _____

Polgar Dímio - Emitente

Canais de atendimento: Banco BMG: Central de Relacionamento BMG CARO 4002 7007 (capitais) e 0800 770 1790 (interior) / SAC 0800 9799 099 / Deficientes auditivos e ou de fala 0800 9797 333 / OUVIDORIA 0800 723 2044 (Clientes insatisfeitos com as soluções dos demais canais).



NEOENERGIA
RUA MARCEL, 150, BARRA, RIO GRANDE DO NORTE - CEP 59225-250
CPF: 06.324.995/0001-01 | Ins. Est. 200.5199-0 | www.neoenergia.br

DADOS DO CLIENTE
MARIA ALVES DO NASCIMENTO SILVA
CPF 702.853.004-63

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA SÃO BENEDITO, 117
CABO DE MINÉRIO/ÁREA URBANA
PAU DOS FERROS RN
59900-000

CLASSIFICAÇÃO
BI RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
NOMINATIVO

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO
0853058855
DATA DE VENCIMENTO
17/05/2017
TOTAL PAGA (R\$)
90,31

CONSUMO (KWH)	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
145,000000	11,4570145	70,87
		5,80
		7,18
		0,88
		0,45
		5,00

TOTAL DA FATURA 90,31

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

PERÍODO	PERÍODO DA FATURA	DATA	LETURA	DATA	LETURA	PERÍODO	CONSUMO	ADJ. 1	ADJ. 2	CONSUMO (KWH)
04/04/17	04/04	04/04/17	19.521,00	10/05/17	10967,00	04	1.000			145,00

ANEXO DE CONSUMO

PERÍODO	CONSUMO (KWH)
04/04/17	145,00
05/04/17	145,00
06/04/17	145,00
07/04/17	145,00
08/04/17	145,00
09/04/17	145,00
10/04/17	145,00
11/04/17	145,00
12/04/17	145,00
13/04/17	145,00
14/04/17	145,00
15/04/17	145,00
16/04/17	145,00
17/04/17	145,00

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do titular da conta e representa o valor devido pelo consumidor à concessionária de energia elétrica. O valor da fatura é calculado com base no consumo registrado no medidor e no preço de venda da energia elétrica estabelecido pela concessionária.

ATENÇÃO: A CONDIÇÃO DE PAGAMENTO QUE VOCÊ POSTERIORMENTE ADOTARÁ

PERÍODO	CONSUMO (KWH)	VALOR (R\$)
04/04/17	145,00	90,31

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

PERÍODO	CONSUMO (KWH)	VALOR (R\$)
04/04/17	145,00	90,31



Ouvidoria

Banco

BMG

01 DE NOVEMBRO DE 2019

A SR. Gabriel Gouveia Torres
INSS/Divisão de Consignações em Benefícios
E-MAIL: dconb@inss.gov.br



REF.: OFÍCIO Nº 84/DCONB/CGGPB/DIRBEN
INSS/Divisão de Consignações em Benefícios
CHAMADO: 87050337/ AMSS
MARIA ALVES DO NASCIMENTO SOUZ

RESUMO DA MANIFESTAÇÃO

Trata-se de determinação em nome do Sr. MARIA ALVES DO NASCIMENTO SOUZA, portador do CPF: 702.859.004-63, onde solicita cópia do contrato.

Informamos, que a cliente Sra. MARIA ALVES DO NASCIMENTO SOUZA, possui junto a Instituição o contrato de Cartão BMG de nº 5259xxxx.xxxx0119, celebrado em 27 de julho de 2017, com limite de R\$ 1.347,00 (um mil, trezentos e quarenta e sete reais), sendo a RMC (Reserva de Margem Consignável) R\$ 49,90 (quarenta e nove reais e noventa centavos) cada.

Vinculado a esse cartão foi realizado o saque disponível através de depósito em conta, enviadas no dia 27/07/2017 a Agência 763 - Conta: 65710-8 CAIXA ECONOMICA FEDERAL, no valor de R\$ 1.198,90.

Em resposta ao solicitado, segue anexo cópia dos referidos contratos.

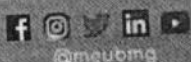
Conte sempre com o BMG e entre em contato com nossos canais de atendimento sempre que precisar. Nossa equipe de especialistas encontra-se a disposição para tirar suas dúvidas e prestar informações sobre nossos produtos e serviços e será um prazer em atendê-lo.

Cordialmente,



Juliana Vasconcelos Lillian Bombinho

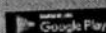
ACESSE OS CANAIS
DIGITAIS DO
BANCO BMG:



@meubmg

www.bancobmg.com.br

Conheça também
o app meu_BMG



Central de Relacionamento Cartões
24h, todos os dias da semana. Consultas,
informações e serviços transacionais.



0800 770 1790

para ligações originadas de telefone fixo



4002 7007

para ligações originadas de celular



Ouvidoria:

0800 7232044

24h, todos os dias da semana. Consultas,
informações e serviços transacionais.



Central de Relacionamento

0800 031 8866

24h, todos os dias da semana. Consultas,
informações e serviços transacionais.



SAC:

0800 979 9099

24h, todos os dias da semana.
Reclamações, cancelamento
e informações gerais.



Deficiente auditivo ou de fala

0800 979 7333

24h, todos os dias da semana.
Ligação de telefone especial (TDD).



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

DESPACHO

Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.

Ref.: Processo nº 35000.002905/2019-17.

Int.: BANCO BMG S.A.

A s s .: Apuração de irregularidades -
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

assinado eletronicamente

MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **5465173** e o código CRC **E5D71EC9**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35000.002905/2019-17

SEI nº 5465173